

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE  
SOCIAL

ANO DE  
2022

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA CRISTINA DO COUTO

MORADA: Rua Basílio Macedo, 354

LOCALIDADE: Couto

FREGUESIA : União das freguesias de Santo Tirso, Couto e Burgães

CONCELHO: Santo Tirso

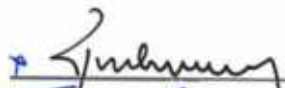

CODIGO POSTAL: 4780-177

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

DATA: Couto 10 de Abril de 2023

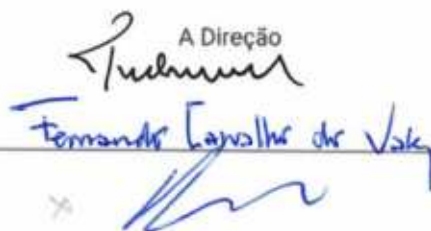
ASSINATURAS:

  
\_\_\_\_\_  
Fernando Emanuel dos Vales  
  
\_\_\_\_\_

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 503241903  
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	514 489,85	514 496,38
Investimentos financeiros	10.13	11 924,62	10 489,38
		<b>526 414,47</b>	<b>524 985,76</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	3 154,81	2 250,97
Créditos a receber	10.1	10 566,18	9 621,26
Estado e outros entes públicos	10.7	2 692,90	238,01
Diferimentos	10.3	5 042,08	3 731,07
Outros ativos correntes	10.2	50 464,06	4 484,24
Caixa e depósitos bancários	10.4	412 932,27	345 215,47
		<b>484 852,30</b>	<b>365 541,02</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 011 266,77</b>	<b>890 526,78</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	10.5	970 222,91	970 222,91
Resultados transitados	10.5	-180 295,82	-190 017,33
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	18 666,68	0,00
		<b>808 593,77</b>	<b>780 205,58</b>
Resultado líquido do período		<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>852 641,94</b>	<b>789 927,09</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10.16	0,00	2 525,00
		<b>0,00</b>	<b>2 525,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.6	23 451,78	9 526,46
Estado e outros entes públicos	10.7	10 400,15	8 336,81
Diferimentos	10.3	13 599,46	0,00
Outros passivos correntes	10.8	111 173,44	80 211,42
		<b>158 624,83</b>	<b>98 074,69</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>158 624,83</b>	<b>100 599,69</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 011 266,77</b>	<b>890 526,78</b>

A Direção  
  
 Fernando Carvalho de Vaky

O Contabilista Certificado

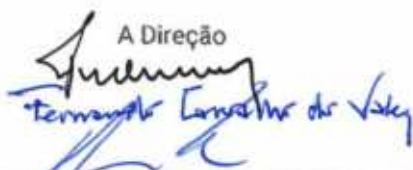


CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

503241903

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	382 369,42	307 767,97
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	290 155,73	230 220,46
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-84 107,68	-53 011,69
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-105 366,93	-109 263,58
Gastos com o pessoal	8	-375 959,71	-311 096,40
Provisões (aumentos/reduções)	10.16	2 525,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	10.17	-9 594,80	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	10.14	222,06	768,71
Outros rendimentos	10.11	5 606,31	4 213,98
Outros gastos	10.12	-2 845,05	-2 281,04
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>103 004,35</b>	<b>67 318,41</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-58 956,18	-57 596,90
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>

A Direção  
  
 Fernando Fernandes do Vale

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 503241903

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Estrutura Residencial	Centro de Dia	Serviço Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados		180 530,07	126 159,31	75 680,04	382 369,42	307 767,97
Custo das vendas e dos serviços prestados		-210 156,45	-156 811,76	-93 099,18	-460 067,39	-364 108,09
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-29 626,38</b>	<b>-30 652,45</b>	<b>-17 419,14</b>	<b>-77 697,97</b>	<b>-56 340,12</b>
Outros Rendimentos		141 263,74	70 277,23	91 141,11	302 682,08	237 858,07
Gastos administrativos		-77 762,55	-70 256,63	-25 898,73	-173 917,91	-166 860,48
Outros Gastos		-3 578,36	-1 650,72	-1 788,95	-7 018,03	-4 935,96
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>30 296,45</b>	<b>-32 282,57</b>	<b>46 034,29</b>	<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>
Gastos de financiamento (liquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>30 296,45</b>	<b>-32 282,57</b>	<b>46 034,29</b>	<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>30 296,45</b>	<b>-32 282,57</b>	<b>46 034,29</b>	<b>44 048,17</b>	<b>9 721,51</b>

A Direção  
  
 Fernando Luís do Vale

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		395 619,28	325 002,88
Pagamentos a fornecedores		-143 368,44	-122 371,13
Pagamentos ao pessoal		-239 476,00	-238 341,79
Caixa gerada pelas operações		12 774,84	-35 710,04
Outros recebimentos/pagamentos		147 723,07	97 711,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		160 497,91	62 001,93
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-96 839,97	-16 922,38
Investimentos financeiros		-1 129,22	-1 147,27
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		67,21	57,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-97 901,98	-18 012,62
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		5 120,87	5 502,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		5 120,87	5 502,79
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		67 716,80	49 492,10
Caixa e seus equivalentes no início do período		345 215,47	295 723,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	412 932,27	345 215,47

A Direção

*Manuel*  
 Manuel dos Santos da Silva

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*  
 11/01/23

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL  
DE  
SANTA CRISTINA DO COUTO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2022**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Inventários.....	8
6	Rendimentos e gastos.....	9
7	Subsídios e outros apoios de entidades públicas.....	9
8	Benefícios dos empregados.....	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	10
10	Outras divulgações .....	10
10.1	Créditos a receber.....	10
10.2	Outros ativos correntes .....	10
10.3	Diferimentos.....	10
10.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	11
10.5	Fundos Patrimoniais.....	11
10.6	Fornecedores .....	11
10.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	11
10.8	Outros Passivos Correntes.....	12
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	12
10.10	Fornecimentos e serviços externos.....	12
10.11	Outros rendimentos .....	13
10.12	Outros gastos.....	13
10.13	Investimentos Financeiros .....	13
10.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
10.15	Fluxos de caixa.....	14
10.16	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	14
10.17	Imparidades.....	14
10.18	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
10.19	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

## **1 Identificação da Entidade**

O Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos registados na Segurança Social e publicados no Diário da Republica, III série, n.º 262 de 9 de Novembro de 1993.

Tem sede na Rua Basílio Macedo n.º 354, na freguesia de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso.

Os fins e objetivos da Instituição concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à família;
- Apoio às pessoas através de estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, centro de convívio e apoio domiciliário;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos e outras respostas sociais desde que contribuam para efetivação dos direitos sociais e eclesiais dos cidadãos.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 10.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	4 a 33 anos
Equipamento básico	6 a 8 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	2,5 a 6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Software	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. Verificou-se que a vida útil de determinados ativos, tais como edifícios e outras construções, tem sido afetada em consequência da sua utilização acrescida. Assim por indicação da Direção da instituição, no ano de 2020 foram ajustadas as taxas de depreciação desses ativos fixos para 5%.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta "415 – Outros investimentos financeiros" e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

### 3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Regularizações	31-12-2022
Edifícios e Outras Construções	1 008 806,80			1 008 806,80
Equipamento Básico	118 627,37	18 731,32		137 358,69
Equipamento de Transporte	76 360,32	39 200,00		115 560,32
Equipamento Administrativo	7 801,65			7 801,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	45 113,27	958,90		46 072,17
	<b>1 256 709,41</b>	<b>58 890,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1 315 599,63</b>
Investimentos em curso	0,00	9 594,80	- 9 594,80	0,00
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>1 256 709,41</b>	<b>68 485,02</b>	<b>0,00</b>	<b>1 315 599,63</b>
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	519 114,10	49 224,48		568 338,58
Equipamento Básico	118 796,45	745,89	- 438,68	119 103,66
Equipamento de Transporte	60 046,89	6 497,88		66 544,77
Equipamento Administrativo	7 801,65	0,00		7 801,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	36 453,94	2 487,93	379,25	39 321,12
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>742 213,03</b>	<b>58 956,18</b>	<b>9 654,23</b>	<b>791 514,98</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>514 496,38</b>	<b>9 528,84</b>		<b>514 489,85</b>

#### 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 154,81	2 250,97
<b>Total</b>	<b>3 154,81</b>	<b>2 250,97</b>

No que concerne à quantia de "Inventários" reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 250,97	3 066,04
Compras	31 578,73	10 543,81
Regularização existências	<b>53 432,79</b>	<b>41 652,81</b>
Donativos espécie (Banco Alimentar e outros)	53 432,79	41 652,81
Saldo Final	3 154,81	2 250,97
<b>Gastos do Período</b>	<b>84 107,68</b>	<b>53 011,69</b>

## 6 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>382 369,42</b>	<b>307 767,97</b>
Mensalidades dos Utilizadores	350 954,05	266 535,45
Complemento mensal familiares	8 048,61	20 096,46
Comparticipações higiene e conforto	16 793,59	16 861,31
Outras participações	6 573,17	4 274,75
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>186,00</b>	<b>478,07</b>
<b>Total</b>	<b>382 555,42</b>	<b>308 246,04</b>

## 7 Subsídios e outros apoios de entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2022		2021	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP – Acordo Cooperação	Não Reembolsável	0,00	213 165,40	0,00	164 824,80
ISS, IP – PRR Mobilidade Verde	Não Reembolsável	18 666,68	1 333,32	0,00	0,00
Município de Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	368,00	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	10 221,88	0,00	9 577,63
IAPMEI	Não Reembolsável	0,00	1 568,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>18 666,68</b>	<b>226 656,60</b>	<b>0,00</b>	<b>174 402,43</b>

## 8 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 7 elementos. A instituição contou, em média, com 26 colaboradores em 2022 e 24 em 2021.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	293 850,66	244 188,17
Indemnizações	1 822,16	0,00
Encargos sobre as Remunerações	63 039,05	49 742,33
Seguros de Acidentes	3 490,52	3 454,95
Outros Gastos com o Pessoal	4 923,06	1 119,92
Gastos referentes a CEI, CEI+ e Estágios Profissionais	8 834,26	12 591,03
<b>Total</b>	<b>375 959,71</b>	<b>311 096,40</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 10.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	10 566,18	9 621,26
<b>Total</b>	<b>10 566,18</b>	<b>9 621,26</b>

### 10.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
<b>Devedores por acréscimos rendimentos</b>	<b>705,00</b>	<b>0,00</b>
Donativo	705,00	0,00
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>38 411,49</b>	<b>166,38</b>
Adiantamentos ao pessoal	0,00	400,40
ISS – Acordos Cooperação	702,63	437,24
ISS – PRR Mobilidade Verde	6 000,00	0,00
Outros devedores	4 644,94	3 480,22
<b>Total</b>	<b>50 464,06</b>	<b>4 484,24</b>

### 10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	4 221,76	3 674,60
Outros	820,32	56,47
<b>Total</b>	<b>5 042,08</b>	<b>3 731,07</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Seguros	153,51	0,00
ISS – Apoio Extraordinário 2023	5 663,84	0,00
ISS – Adiantamento atualização 2023 (4,2%)	7 782,11	0,00
<b>Total</b>	<b>13 599,46</b>	<b>0,00</b>

#### 10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	3 294,09	9 255,94
Depósitos à Ordem	209 408,52	135 729,87
Depósitos a Prazo	200 229,66	200 229,66
<b>Total</b>	<b>412 932,27</b>	<b>345 215,47</b>

#### 10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	970 222,91			970 222,91
Resultados Transitados	- 190 017,33	9 721,51		-180 295,82
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	20 000,00	1 333,32	18 666,68
<b>Total</b>	<b>780 205,58</b>	<b>29 721,51</b>	<b>-1 333,32</b>	<b>808 593,77</b>

#### 10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	23 451,78	9 526,46
<b>Total</b>	<b>23 451,78</b>	<b>9 526,46</b>

#### 10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
IVA - A Recuperar	2 692,90	219,00
IRC - Retenção de juros	0,00	19,01
<b>Total</b>	<b>2 692,90</b>	<b>238,01</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	2 468,05	1 417,00
Segurança Social	7 777,32	6 794, 47
Outros (FCT e FGCT)	154,78	125,34
<b>Total</b>	<b>10 400,15</b>	<b>8 336,81</b>



### 10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
	Corrente	Corrente
<b>Clientes e utentes</b>	<b>8 661,59</b>	<b>9 319,48</b>
Adiantamentos de utentes	8 661,59	9 319,48
<b>Pessoal</b>	<b>23 147,64</b>	<b>4 000,00</b>
Rem. A pagar – ao pessoal	18 147,64	0,00
Rem. A pagar – gratificações a liquidar em 2022	5 000,00	4 000,00
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>	<b>55 029,68</b>	<b>45 398,52</b>
Remunerações a Liquidar	44 172,96	43 496,64
Outros Acréscimos de gastos	10 856,72	1901,88
<b>Outros Credores</b>	<b>497,26</b>	<b>830,91</b>
Outros Credores – Cauções utentes	16 977,03	13 336,44
Liga de Amigos	6 766,74	7 232,57
Outros credores – Créditos por identificar	93,50	93,50
<b>Total</b>	<b>111 173,44</b>	<b>80 211,42</b>

### 10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	225 323,28	174 402,43
Doações e heranças	64 832,45	55 818,03
<b>Total</b>	<b>290 155,73</b>	<b>230 220,46</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar, foram considerados na conta 753-Doações e Heranças.

### 10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	33 842,51	25 264,20
Materiais	5 668,50	14 700,06
Energia e fluidos	46 326,43	39 353,22
Deslocações, estadas e transportes	1 336,47	597,44
Serviços diversos	16 144,66	14 804,62
Encargos com Utentes	2 048,36	14 544,04
<b>Total</b>	<b>105 366,93</b>	<b>109 263,58</b>

**10.11 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos:		
Bar	186,00	435,40
Linde energia – reembolsos	0,00	42,67
Correções períodos anteriores	937,28	3 301,58
Imputação subsídios para investimento	1 333,32	0,00
Restituição de impostos (IRC retido)	0,00	34,85
Benefícios de penalidades contratuais	1 485,00	0,00
Outros	1 597,50	200,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	67,21	199,48
<b>Total</b>	<b>5 606,31</b>	<b>4 213,98</b>

**10.12 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Taxas	29,86	29,68
Correções relativas a períodos anteriores	2 514,34	1 947,94
Quotizações	300,00	300,00
Juros mora/compensatórios	0,85	3,42
<b>Total</b>	<b>2 845,05</b>	<b>2 281,04</b>

**10.13 Investimentos Financeiros**

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Participações capital – Centuris	250,00	250,00
Fundos de compensação de trabalho	5 694,91	4 484,32
Ações Millenium	5 979,71	5 755,06
<b>Total</b>	<b>11 924,62</b>	<b>10 489,38</b>

**10.14 Aumentos / reduções de justo valor**

A Entidade reconheceu em 2022 e 2021 ganhos/perdas por aumento/diminuição do "justo valor":

Descrição	2022	2021
<b>Aumentos</b>		
Em Investimentos financeiros	4 395,04	3 423,63
<b>Reduções</b>		
Em Investimentos financeiros	- 4 172,98	- 2 654,92
<b>Saldo</b>	<b>222,06</b>	<b>768,71</b>

**10.15 Fluxos de caixa**

A rubrica "Outros recebimentos e pagamentos", na demonstração de fluxos de caixa, inclui os montantes recebidos da segurança social no âmbito dos acordos de cooperação.

Em 2022 foram recebidos 213 165,40 euros e em 2021 foram recebidos 164 824,80 euros.

**10.16 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

No período de 2022 ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	Saldo 01/01/2022	Utilização	Reversão	Saldo 31/12/2022
<b>Provisões</b>				
Outras Provisões	2 525,00		- 2 525,00	<b>0,00</b>

No período de 2018 foi reconhecido o montante de 2 525 euros em outras provisões, respeitantes a quantias a pagar em anos posteriores.

Outras provisões

No ano de 2017, a segurança social inspecionou a instituição, tendo detetado que, em 3/2/2017, o estabelecimento ERPI funcionava com excesso de lotação em relação a capacidade máxima autorizada. Por ter verificado essa não conformidade, a segurança social instaurou o respetivo processo de contraordenação e notificou a instituição (em Setembro de 2018) a pagar a coima no valor de 2.525 euros. A Entidade impugnou e aguarda resposta.

No ano de 2022, a instituição recebeu da segurança social a notificação da decisão de arquivamento por ausência de ilícito, dando assim origem à reversão da provisão criada em 2018.

**10.17 Imparidades**

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2022	2021
Investimentos em Curso	9 594,80	0,00
<b>Total</b>	<b>9 594,80</b>	<b>0,00</b>

**10.18 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

ERPI: 19; Centro de Dia: 36; Serviços apoio domiciliário: 23

**10.19 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

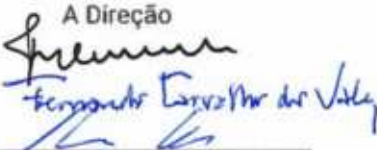
Santo Tirso, 8 de Março de 2023

O Contabilista Certificado



---

A Direção



---